

Cabral reavalia projeto ambiental polêmico

Governador retira texto que flexibiliza licenciamento, mas apresentará nova mensagem até o fim do ano

EMANUEL ALENCAR
emanuel.alencar@oglobo.com.br

Diante da forte repercussão negativa e da mobilização contrária do Ministério Público estadual, o governador Sérgio Cabral anunciou ontem que entregou um ofício ao presidente da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj), Paulo Melo (PMDB), solicitando a retirada do projeto de lei 1.860/2012, que flexibiliza o licenciamento ambiental. De acordo com o governo, o projeto será reavaliado. O secretário estadual do Ambiente, Carlos Minc, disse que o governo reconheceu falhas no texto, que abria a possibilidade de dispensa de estudos ambientais aprofundados no licenciamento de diversas atividades. Minc, no entanto, reforçou que o Executivo vai enviar nova mensagem em regime de urgência à Alerj, desta vez com o objetivo de dar celeridade a projetos específicos de exploração de insumos para a construção civil.

— Está batido o martelo, e me sinto aliviado. O governador concordou que o projeto tinha questões ambíguas. Uma nova mensagem vai tratar especificamente do licenciamento de areais, em regime de urgência, mas sem ambiguidades. É um gargalo do Rio. São 220 empreendimentos que abastecem a construção civil parados — disse Minc, um dia após minimizar os possíveis impactos da aprovação da lei.

DEMANDA CRESCENTE POR AREIA E BRITA

Por causa da retirada da mensagem, a audiência pública marcada para próxima segunda-feira, que trataria do projeto, não deve mais ocorrer. Líder do PMDB na Alerj, o deputado André Lazaroni afirmou que o governo entendeu que o projeto “precisava ser mais bem discutido”.

— Não havia clima para aprovar a matéria na Alerj. O governo teve a sensibilidade de pedir a suspensão da votação da mensagem.

Pressionado para dar agilidade a projetos da construção civil, com vistas à Copa e aos Jogos Olímpicos de 2016, o governo Cabral agora corre contra o tempo para enviar uma nova mensagem à Casa legislativa. A ideia é que pequenos empreendimentos de extração de areia, saibro e brita dispensem o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), hoje obrigatórios. Pelo novo texto, estes empreendimentos devem apresentar ao Instituto Estadual do Ambiente (Inea) Relatórios Ambientais Simplificados (RAS) ou Planos de Controle Ambiental (PCA).



Mar de areia. Areal de Seropédica, que abastece a construção civil: governo quer agilizar licenciamentos da atividade

De acordo com a Firjan, a indústria de exploração mineral vai movimentar R\$ 40,2 bilhões no Estado do Rio de 2012 a 2014. A mineração no Brasil avança 56% ao ano e, segundo o presidente do Departamento de Recursos Minerais do Estado do Rio (DRM-RJ), Flávio Erthal, há demanda reprimida por agregados minerais como areia, saibro, cascalho e brita.

— Há uma indústria crescente, e não licenciar estes empreendimentos é incentivar a clandestinidade. Exigir EIA-RIMA para tudo é inviável. Não defendemos licenciar sem critério, de forma alguma. São atividades impactantes. Mas é preciso agilizar a legalização de empreendimentos de menor porte. O consumo per capita de brita para obras públicas no Brasil é de 2 toneladas/ano por habitante. Na Europa são 8 toneladas/ano, e nos EUA, 10 toneladas/ano. Este panorama dá a medida de nosso subdesenvolvimento. Precisamos fazer escolas, casas — afirmou Erthal.

Seropédica é o município fluminense recorde em produção de areia para a construção

civil. Muitos empreendimentos não são licenciados. Mais de 60% da produção do Norte Fluminense abastecem o Porto do Açu, em construção na periferia de São João da Barra. Agilizar o licenciamento de uma atividade que traz significativos impactos ambientais deve ser uma medida amplamente debatida, na opinião da deputada estadual Aspásia Camargo (PV).

— A extração de areia deixou um violento passivo ambiental em Itaguaí e Seropédica. Temos que discutir se essas atividades podem prescindir de EIA-RIMA, não é uma questão simples. O problema do píer em Y, na Zona Portuária, foi justamente porque o órgão ambiental prescindiu do EIA-RIMA. Deu no que deu.

O analista ambiental Rogério Rocco lembra que toda atividade de exploração mineral requer cuidados ambientais especiais:

— A constituição federal é clara quando diz que as atividades minerais têm a obrigação de reparar os danos ambientais causados. Será que haverá esta preocupação nos pontos de exploração que forem licenciados no Rio? ●

Uma proposta que durou apenas cinco dias úteis

Contexto

Proposta de afrouxar licenciamento não resistiu ao bombardeio de críticas

Durou apenas cinco dias úteis na mesa do presidente da Alerj, deputado Paulo Melo, o projeto de lei 1.860/2012, que flexibilizava os processos de licenciamento ambiental do Estado do Rio. A mensagem foi enviada à Casa pelo governador no dia 5. Ontem, em mensagem enviada à imprensa, Cabral informou que estava pedindo o cancelamento da votação da matéria, em regime de urgência. Um dos pontos mais controversos do texto apontava que o Instituto Estadual do Ambiente (Inea) poderia decidir por dispensar o estudo prévio de impacto ambiental caso houvesse “manifesta ausência de significativa degradação do meio ambiente” do empreendimento. O Ministério Público (MP) estadual fez duras críticas ao projeto, que seria votado na próxima terça-feira no plenário de Alerj. Houve mobilização dos deputados, que apresentaram mais de cem emendas à matéria. O secretário estadual do Ambiente, Carlos Minc, chegou a minimizar os impactos da nova lei, mas ontem admitiu que o projeto tinha pontos “ambíguos”, que serão desfeitos no texto que tratará da exploração mineral. ●



Fiscalização. Agentes na oficina de barcos fechada no Canal de Marapendi

Oficina ilegal de barcos é fechada na Barra da Tijuca

Dono é acusado de poluição e de aterrar manguezal no Canal de Marapendi

RONALDO BRAGA
ronaldo@oglobo.com.br

A Coordenadoria Integrada de Combate aos Crimes Ambientais (Cicca) fechou ontem uma oficina para conserto de barcos construída ilegalmente às margens do Canal de Marapendi, na Barra da Tijuca. O secretário estadual do Ambiente, Carlos Minc, e as equipes de fiscalização chegaram ao local a partir de denúncias de moradores. Ao percorrerem o canal, os agentes flagraram a oficina.

O coordenador da Cicca, José Maurício Padrone, disse que o proprietário da oficina, Valderi Bitello, será multado por poluição de corpo hídrico, de acordo com a Lei de Crimes Ambientais 9.605/1998, e responderá a inquérito por crime ambiental.

— Ele terá ainda que recompor o manguezal que suprimiu na área para construir a oficina — disse Padrone.

Valderi é acusado de ter aterrado parte do manguezal da-

quela área protegida, que é habitat de animais como a capivara. O proprietário morava numa pequena embarcação ao lado da oficina. A blitz contou com o apoio da Cedae e de policiais do Comando de Polícia Ambiental. No local, os agentes ambientais flagraram galões de resina epóxi — uma substância tóxica —, armazenados de forma inadequada na beira do canal.

DRAGAGEM DE LAGOAS

Durante a fiscalização, Minc anunciou, para março de 2013, o início da dragagem do sistema lagunar da Barra da Tijuca e de Jacarepaguá. O processo de licitação para as obras será lançado ainda este mês.

— Limpar as lagoas da região até 2016 é um compromisso olímpico do estado e do país. Junto com a Cedae, já fizemos elevatórias e estações de tratamento de esgoto. Já temos recursos para, em três anos, concluir isso tudo. As intervenções vão abranger também o prolongamento do Quebra-Mar em 180 metros, na foz do Canal da Joatinga, com a construção de restaurante panorâmico e a instalação de uma ilha-parque entre as lagoas do Camorim e da Tijuca — explicou. ●

Natal pontofrio

viva a inovação

Compre este computador com Windows 7 e garanta seu Windows 8 Pro por apenas R\$ 29,00****

Cartão Pontofrio. Peça agora o seu e aproveite as vantagens.

pontofrio.com
 televendas 4002-3050
 seg. a sáb.: das 0h às 0h - dom.: das 0h às 20h

EM ATÉ 10X SEM JUROS*
 em todos os cartões.

TV 50" com conversor digital a partir de**